



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 078

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**Ato da Presidência:****RESOLUÇÃO Nº 010/2003**

Data: 23 de setembro de 2003.

**SÚMULA:**

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de agosto de 2003, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinando com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fuca aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de agosto de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Palácio "XIX de Dezembro, em 23.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

---

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE SETEMBRO DE 2003**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Plauto Miró Guimarães e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv,

Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Ratinho Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O senhor PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O senhor 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O senhor 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Indicação:****INDICAÇÃO Nº 103/2003**

Exmo. Sr. governador do Estado.

A deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor, após estudos e devida aprovação pela Secretaria da Segurança Pública, o envio a esta Casa Legislativa de projetos de leis criando a bandeira e o brasão de uso exclusivo da Polícia Científica do Estado, conforme minutas anexas.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ELZA CORREIA

**JUSTIFICATIVA:**

Os referidos projetos são uma sugestão de integrantes da Polícia Científica de Londrina, que entendem necessária a criação de bandeira e brasão de uso exclusivo, como forma de valorização da Instituição a que pertencem.

**PROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica instituída a bandeira, de uso exclusivo da Polícia Científica do Estado, Unidade da Secretaria da Segurança Pública, a ser utilizado em todos os atos oficiais daquele departamento.

Art. 2º - A bandeira é composta de um retângulo dividido diagonalmente do extremo inferior direito ao extremo superior esquerdo, sendo que a sua região superior na cor branca, representa o espírito pacífico do povo brasileiro e o restante na cor verde simbolizando a pujança da agricultura paranaense. A região central do retângulo é ocupada pelo brasão da Polícia Científica.

Art. 3º - Para a confecção da bandeira servirá de modelo o desenho que acompanha este projeto de lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### PROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituído o brasão, de uso exclusivo da Polícia Científica do Estado, Unidade da Secretaria da Segurança Pública, a ser utilizado em todos os atos oficiais, documentos e bens patrimoniais, móveis e imóveis daquele departamento.

Art. 2º - O brasão é composto de um escudo em campo de ouro, dividido em quatro partes, duas em esmalte azul e duas em ouro, sendo que ao alto e à direita é ocupado por uma representação gráfica atômica, ao alto e à esquerda por uma figura humana frontal, abaixo e à direita por um microscópio, abaixo e à esquerda por uma lupa de aumento sobre uma impressão digital. Este escudo repousa sobre campo de sable contendo uma figura de geometria circular vazada em ouro, trazendo em chefe o topônimo “Paraná” e na ponta o substantivo “Polícia Científica, tudo em sable e orla de ouro. Complementa o brasão duas estrelas em ouro situadas uma em cada extremo superior e em sua base uma faixa em ouro com os vocábulos em latim “*Veritas, Scientia et Justitia*”.

Art. 3º - Para a confecção gráfica do brasão servirá de modelo o desenho que acompanha este projeto de lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### ESTADO DO PARANÁ POLÍCIA CIENTÍFICA

#### DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO HERÁLDICA

Na Europa da idade média, no calor das batalhas, viver ou morrer dependia de saber distinguir o amigo do inimigo. Essa era uma tarefa difícil, com os cavaleiros cobertos por armaduras.

Assim cada combatente costumava decorar seu escudo e sua túnica com um distintivo único, que a diferenciava dos demais. Surge então a heráldica, nome proveniente do inglês “heralds”, que era os homens encarregados pelos reis para desenhar os brasões.

Arte que nasceu para atender a nobres e cavaleiros, expandiu-se com o surgimento dos reinos e cidades, onde cidadãos importantes recebiam a sua cota de armas.

O escudo era um complemento, geralmente metálico ou revestido, ao armamento utilizado pelo cavaleiro medieval, com a finalidade de proteger o seu corpo contra o ataque inimigo.

O brasão é o escudo que recebeu uma figura, sinal, desenho, que passa a se constituir num emblema para distinguir o reino, país, cidade, povo, família e indivíduo.

São armas emblemáticas, puramente convencionais, com que os cavaleiros medievais adornavam os seus escudos para recordar um feito heróico ou algum acontecimento notável.

Por analogia e imitação, adotou-se um brasão ou escudo de armas como insígnias, para as corporações, associações de classe etc., com o sentido de distingui-las.

Brasão e armas são termos heráldicos de igual valor e significam o conjunto de insígnias hereditárias, compostas de figuras e atributos determinados, concedidos por príncipes e reis em recompensa por serviços relevantes. Podem ainda indicar marca ou distintivo de linhagem premiada.

Para a feitura do brasão, bótons e placas da Polícia Científica, adotou-se os seguintes atributos heráldicos:

01 - O metal utilizado é o ouro, que nos escudos dos reis passa a ser chamado de sol; nos brasões da nobreza em geral é chamado de topázio. Aqueles que têm este metal no seu escudo estavam obrigados, na idade média, a fazer bem aos pobres e a defender seus senhores, lutando por eles até o final das suas forças.

02 - O sable é a denominação heráldica da cor preta e significa a virtude, prudência, sabedoria, ciência, o silêncio e o segredo.

03 - O esmalte (hasmal em hebraico e *esmaltium* em latim) utilizado é o azul que chama-se júpiter quando aplicado às armas reais, safira nas armas dos nobres titulados ou simplesmente azul nos escudos da nobreza em geral. Este esmalte significa nobreza, majestade, serenidade.

04 - O chefe é a primeira das peças honrosas da 1ª Ordem. É a parte mais alta do escudo. Nesta região foi lançado o substantivo “Paraná” em sable e orla de ouro.

05 - Abaixo do escudo foi lançado o substantivo que designa a instituição, no caso “Polícia Científica” em sable e orla de ouro.

06 - Todo o conjunto é sustentado por uma faixa contendo a inscrição em latim “*Veritas, Scientia et Justitia*” em sable com orla de ouro.

07 - Encimando todo o conjunto foram alocadas duas estrelas em ouro representando as duas instituições primeiras que originaram a Polícia Científica, o Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal.

08 - O escudo encontra-se dividido igualmente em quatro partes, sendo tomado por uma representação gráfica do átomo representando a menor porção da matéria, por uma figura humana representando as ciências médicas e afins, por um microscópio representando os exames laboratoriais e por uma lupa de aumento sobre uma impressão digital, representando a localística.

#### SIGNIFICADO DAS CORES

O ouro nos escudos dos reis passa a ser chamado de sol; nos brasões da nobreza em geral é chamado de topázio. Aqueles que tem este metal no seu escudo estavam obrigados, na idade média, a fazer bem aos pobres e

a defender seus senhores, lutando por eles até o final das suas forças.

O azul chama-se júpiter quando aplicado às armas reais, safira nas armas dos nobres titulados ou simplesmente azul nos escudos da nobreza em geral. Este esmalte significa nobreza, majestade, serenidade, e os seus portadores estavam obrigados a fomentar a agricultura e também a socorrer os servidores despedidos injustamente ou que se encontrassem sem remuneração.

O preto é também chamado de sable nas armarias em geral, mudando o seu nome para saturno nas armas reais e para diamante nas armas da nobreza titulada. O sable está associado a ciência, a modéstia e a aflição, e aqueles que apresentavam este esmalte em seus brasões estavam obrigados a socorrer as viúvas, os órfãos e todas as pessoas dedicadas às letras.

#### SIGNIFICADO DOS ELEMENTOS

Duas estrelas: representam os dois órgãos que deram origem à Polícia Científica, ou seja, o Instituto de Criminalidade e o Instituto Médico Legal.

Átomo: representa a menor porção da matéria.

Microscópio: representa aos exames laboratoriais.

Polícia Científica: designativo da categoria.

Figura Humana: representa as ciências médicas e afins.

Lupa: sobre impressão digital: representa a localística.

Verdade, Ciência e Justiça: princípios basilares.

**Autor** - Daniel Felipetto - Perito Criminal.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2169

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 307/2003, que veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, transporte e comercialização de organismos geneticamente modificados no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

#### REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2162

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a designação da Sessão Ordinária do dia 30/09/2003, para explanação do secretário de Estado da Fazenda - senhor Heron Arzuza, referente ao 2º quadrimestre do ano 2003, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal determina.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2167

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 452/2003 ao Projeto de Lei nº 435/2003, que institui o programa alimentar escolar diferenciado para os alunos diabéticos da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2158

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 1º de outubro para este deputado e para o presidente do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, senhor Jamil Amâncio das Neves, em razão dos 100 anos de fundação desse importante sindicato.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Nesses 100 anos de atividade, o Sindicato dos Estivadores do Paraná vem destacando-se pelas lutas e conquistas da classe trabalhadora, em um sindicalismo avesso ao corporativismo e defensor das lutas sociais. Um sindicato envolvido no movimento social, nas lutas políticas, e na construção de um Estado mais digno e mais igual.

Pelo exposto, aproveitando a comemoração dos 100 anos de fundação desse, que é um dos mais antigos sindicatos do Estado do Paraná, se faz justa a abertura de espaço nesta Casa de Leis para o pronunciamento de seus representantes.

#### REQUERIMENTO Nº 2166

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja destinado horário da Sessão Plenária, no próximo dia 07 de outubro do corrente ano, para comemorar o 14º aniversário de inauguração do Templo da Boa Vontade, da LBV Mundial, que foi idealizado e construído pelo presidente mundial da Legião da Boa Vontade, jornalista José de Paiva Netto, inaugurado em

21 de outubro de 1989, fazendo parte do ParlaMundi da LBV, em Brasília, mantendo suas portas abertas a todos os seres humanos e espirituais.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares do senhor Anfrísio Siqueira, pelo falecimento ocorrido ontem, dia 28 de setembro. O Paraná perde uma mente que dedicou a sua existência a duas paixões pessoais: a Boca Maldita e o Clube Atlético Paranaense.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Júlia Siqueira acerca do voto em apreço, à Travessa Rui Leão, 60, CEP 80030-090, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares de dona Zilá de Oliveira, pelo falecimento ocorrido no último dia 11 de setembro. O Paraná perde uma pessoa que dedicou a sua existência tendo como lema: o trabalho, a honra e a honestidade, visando melhorar a qualidade de vida em nosso Estado.

Solicito a especial gentileza em notificar o senhor Célio Borba acerca do voto em apreço, à caixa postal 947, CEP 80011-970, Centro, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 2159

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Anfrísio Fonseca de Siqueira, que era fundador e presidente da Confraria dos Cavalheiros da Boca Maldita, ocorrido na data de ontem, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 82 anos de idade, faleceu nesta Capital, em data de ontem, o senhor Anfrísio Fonseca de Siqueira, que era fundador e presidente da Confraria dos Cavalheiros da Boca Maldita.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos,

dentre os quais este parlamentar. Anfrísio Siqueira deixa viúva dona Júlia Siqueira e, deixa ainda quatro filhos (Anfrísio Júnior, Vera Helena, Yuri e Ygor), cinco netos e dois bisnetos.

Era funcionário aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Porém, foi à frente da Boca Maldita que se destacou. Desde a fundação da Confraria, há quase 47 anos, Anfrísio era o seu presidente. Foi um grande defensor da liberdade de expressão. Por essa razão, na década de 70, durante a ditadura militar, a Boca foi ameaçada de fechar, mas resistiu e conta hoje com mais ou menos 20 mil cavalheiros e 165 bocas malditas fundadas em todo o Brasil por Anfrísio Siqueira. Os cavalheiros são sempre eleitos no jantar anual realizado todos os anos em 13 de dezembro.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes, nem fracos. Por isso, caiu o prezado amigo Anfrísio, quando ainda no acesso à luta. Levando consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos. Pedimos ao Todo Poderoso que nossos amigos familiares do Anfrísio encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes, aos amigos e, em especial à sua Confraria dos Cavalheiros da Boca Maldita.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Fonseca de Siqueira, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2157

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de reconhecimento e gratidão à Coamo - Cooperativa Agropecuária Mourãoense, pela doação de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), feita à Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, necessários para garantir o funcionamento da CTI - Central de Terapia Intensiva do hospital, prestando assim, um relevante serviço, não só a Campo Mourão, como também a toda a região, seja ela da Coamo ou não.

Requer ainda, que da aprovação desta, seja dada ciência à Diretoria, pelo seu presidente, engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini (Rua Fioravante João Ferri, 99 - Jardim Alvorada - Caixa Postal 460 - CEP 87308-445 - Campo Mourão / PR).

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) NELSON TURECK

**REQUERIMENTO Nº 2150**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao senhor Giuliano Coscia Ricci, pelos relevantes serviços frente à Polícia Civil do Estado do Paraná.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua José de Alencar, 1703, ap. 203 - CEP 80040-070.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

**REQUERIMENTO Nº 2153**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao senhor Luiz Guilherme Gomes Mussi, pelo excelente trabalho desenvolvido frente à Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

**REQUERIMENTO Nº 2154**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao senhor Cláudio Murilo Xavier, pelo excelente trabalho desenvolvido frente à Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

**REQUERIMENTO Nº 2155**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao senhor Jorge Rosas Demiate, pelo excelente trabalho desenvolvido frente ao Paraná Turismo.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

**REQUERIMENTO Nº 2156**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja endereçada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja regulamentada a Lei nº 13.272, de 24 de agosto de 2001, para que os hospitais públicos e instituições que recebam verbas públicas, realizem o exame de Emissões Acústicas Evocadas, mais conhecido como teste da orelhinha, nos três primeiros dias de vida dos nascidos nesses hospitais.

Qualquer bebê recém-nascido pode apresentar problemas auditivos no nascimento ou adquiri-los nos primeiros anos de vida. Isso pode acontecer mesmo que não haja casos de surdez na família ou nenhum fator de risco aparente.

Qualquer problema auditivo deve ser detectado ao nascer, pois os bebês que têm perda auditiva diagnosticada cedo e iniciam o tratamento até os seis meses de idade, apresentam desenvolvimento muito próximo ao de uma criança ouvinte.

O diagnóstico após os seis meses traz prejuízos para o desenvolvimento da criança e sua relação com a família.

Infelizmente, no Brasil, a idade média de diagnóstico da perda auditiva neurossensorial severa e profunda é muito tardia, em torno de quatro anos de idade (dado de pesquisa do INES, em 1990).

É preciso ter em conta que ouvir é fundamental para o desenvolvimento da fala e da linguagem.

Destaca-se que o município de Araucária é pioneiro na implantação dessa lei e já vem realizando os exames nos recém-nascidos.

Em cada 1.000 recém-nascidos, 2 a 6 apresentam algum tipo de perda auditiva. É uma incidência muito alta se comparada com outras doenças que têm testagem obrigatória assim que o neném nasce. A fenilcetonúria (teste do pezinho) - 1 em 10.000 nascidos, o hipotireodismo - 2,5 em 10.000 nascidos e a anemia falciforme - 02 em 10.000 nascidos.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2170**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, lembrando promessa de campanha de distribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual governo estar completando seu nono mês de gestão e ainda não existir tal programa no município de Ponta Grossa ou qualquer outro da região dos Campos gerais.

Sala das Sessões, em 29.09.2003

(a) JOCELITO CANTO

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 578/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Apaceebja - Associação de Professores e Alunos do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Goioerê - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê- PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Apaceebja - Associação de Professores e Alunos do Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos de Goioerê- Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê-PR, à Av. Bento Munhoz da Rocha Netto, 433, é um órgão de representação dos professores e alunos desse estabelecimento de ensino, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, não sendo remunerados os seus associados.

A APM tem por objetivos:

1. dar sustentação financeira, administrativa e pedagógica ao Ceebja de Goioerê, buscando a qualidade na educação de jovens e adultos;
2. buscar alternativas para a educação de jovens e adultos, subsidiando a oferta de escolaridade adequada a essa clientela;
3. abrir espaço para discussão dos problemas e possíveis soluções encontradas para a ação do associado regularmente freqüentando a educação de jovens e adultos;
4. realizar promoções e atividades culturais que beneficiem e divulguem o Ceebja de Goioerê;
5. adquirir bens móveis e equipamentos que oportunizem o bom desempenho da Associação e do Ceebja de Goioerê;
6. administrar a cantina comercial, obedecendo aos parâmetros da legislação pertinentes à espécie.

PROJETO DE LEI Nº 579/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Viver, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Organização Viver - Voluntariado de Apoio às Crianças e Adolescentes Portadores de Câncer, com sede e foro no município de Londrina, é uma entidade cujo objetivo principal é suprir as necessidades das crianças e adolescentes internadas e em tratamento, além de suas famílias.

O atendimento é voltado para pacientes atendidos pelo SUS, sem convênio médico, o que indica que geralmente as famílias são de baixo poder aquisitivo, quando não, extremamente pobres.

PROJETO DE LEI Nº 580/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Instituto do Desenvolvimento Sustentável, com sede em Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Instituto do Desenvolvimento Sustentável - IDS, é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter assistencial, fundado em 5 de junho de 1994, em Curitiba-PR, tendo sido registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas sob nº 529728, em 29 de setembro de 1994, podendo possuir representação em qualquer ponto do território brasileiro.

A entidade tem por objetivo organizar, patrocinar, pesquisar, planejar, executar, desenvolver, cadastrar, promover e disseminar técnicas, procedimentos e experiências das aplicações do desenvolvimento sustentável em projeto de empreendimentos e na preservação e recuperação dos impactos sócio-ambientais daqueles.

As atividades promovidas pelo IDS e outras, das quais o Instituto veio a participar, sempre tiveram caráter pró-ativo, buscando desenvolver e incluir o conceito de desenvolvimento em harmonia com a conservação ambiental, de tal maneira que haja o usufruto atual, porém moderado e dentro de parâmetros que assegurassem a perenidade do uso para a geração futura.

Considerando o elevado propósito da referida entidade e estando o presente projeto de lei para fins de declaração de Utilidade Pública em conformidade com a legislação pertinente, conclamamos aos nobres pares a aprovação desta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 581/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual do Paraná fica obrigado a dar conhecimento público, em tempo real, via Rede Mundial de Computadores, dos dados relativos à sua arrecadação tributária e à sua execução orçamentária.

§ 1º - Incluem-se no *caput* deste artigo os repasses orçamentários efetuados aos municípios, bem como os convênios firmados com os municípios e demais entidades.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo o Poder Executivo regulamentá-lo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 29.09.2003.  
(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

Esta proposição visa dar publicidade telemática em tempo real aos dados concernentes à arrecadação tributária e à execução orçamentária do Poder Executivo Estadual do Paraná, incluindo também os repasses feitos aos municípios, e aperfeiçoa os dispositivos que viabilizam a transparência e a democracia de acordo com o princípio de publicidade estampado no artigo 37 da Constituição Federal e artigo 27 da Constituição Estadual.

Nos termos atuais, a população se interessa cada vez mais por tomar conhecimento e controle sobre a coisa pública. Assim, o objetivo desta proposta visa promover uma profunda reforma do processo de fiscalização da aplicação dos recursos públicos. Com vistas a promover a democratização e a transparência do uso do dinheiro público, permitindo um amplo acesso da sociedade e proporcionando a participação popular na gestão pública.

O orçamento público é peça vital no ordenamento da atividade dos poderes públicos e também por isso, precisa ser tratado de forma incontestável. Ademais, com o conhecimento da aplicação do dinheiro público a sociedade poderá oferecer sugestões para a elaboração dos planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

O senhor PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

**(Declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 103/2003, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente, propondo a criação de bandeiras e brasão de uso exclusivo da Polícia Científica do Estado. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2162, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando designação da Sessão Ordinária no dia 30.09.2003, para explanação do secretário de Estado da Fazenda senhor Heron Arzua. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação de matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 008/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML's e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO**  
**PROJETO DE LEI Nº 008/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O serviço funerário, incluindo a fabricação e o fornecimento de caixões mortuários, o transporte de mortos, a instalação e manutenção de velórios e outros serviços complementares, são livres à iniciativa privada, assegurada a livre vontade dos familiares do falecido.

Parágrafo Único - É vedada a garantia de exclusividade à empresa prestadora de serviços funerários no âmbito dos Institutos Médicos Legais do Paraná.

Art. 2º - O disposto nesta lei não se aplica aos municípios que, em face de sua competência para legislar e regulamentar os serviços funerários locais, administram com exclusividade esses serviços.

Art. 3º - Em casos de cremação, as funerárias deverão prestar serviços de locação de urna funerária para o transporte fêretro.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

**ITEM 02**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Indianópolis, o terreno nº 6, Quadra 01, situado no perímetro urbano da cidade de Indianópolis. **Aprovado.**



REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 332/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Indianópolis o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na data 6 (seis) da quadra 1 (um) do perímetro urbano daquele município, com área de 523,00 metros quadrados, contendo edificação de 165,35 metros quadrados, matriculado sob nº 5.768, folha 1 do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Cianorte, com as seguintes divisas e confrontações: "Com a avenida Chavantes ao N. O. numa frente de 18,00 metros; com a data nº 7 ao N.E. na distância e 40,00 metros; com parte da data nº 16 ao S.E. com 8,07 metros, e, finalmente, com a data nº 5 ao S.O. numa extensão de 40,00 metros".

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado exclusivamente para os fins próprios da administração do município de Indianópolis, ficando gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto neste artigo fará com que o imóvel e as benfeitorias nele edificadas revertam automaticamente e de pleno direito do patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimento, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2003, que dispõe que os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em uma ou mais parcelas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 429/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, poderão ser pagos em

parcela única ou em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais sucessivas, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º - A critério da Secretaria de Estado da Fazenda poderão ser concedidos parcelamentos em até sessenta parcelas para créditos com valor acima de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 2º - O pagamento integral do imposto, devidamente atualizado, deverá ser efetuado até o dia 28 de novembro de 2003, com dispensa da multa e dos juros.

§ 3º - O crédito tributário objeto do parcelamento sujeitar-se-á:

a) até a data do deferimento do pedido de parcelamento, aos acréscimos previstos na legislação, sendo dispensado 75% (setenta e cinco por cento) da multa;

b) a partir da segunda parcela, inclusive, a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP;

c) o valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$100,00 (cem reais);

d) o vencimento da primeira parcela ocorrerá até 28 de novembro de 2003, e o das demais até o último dia útil dos meses subsequentes;

e) os juros vencidos serão proporcionalmente dispensados, consoante o número de parcelas, nos seguintes percentuais:

1 - em até seis parcelas com dispensa de 90% (noventa por cento) do valor dos juros;

2 - entre 07 (sete) e 16 (dezesesseis) parcelas, com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros;

3 - entre 17 (dezesete) e 26 (vinte e seis) parcelas, com dispensa de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros;

4 - entre 27 (vinte e sete) e 36 (trinta e seis) parcelas, com dispensa de 40% (quarenta por cento) do valor dos juros;

5 - entre 37 (trinta e sete) e 48 (quarenta e oito) parcelas, com dispensa de 30% (trinta por cento) do valor dos juros;

6 - entre 49 (quarenta e nove) e 60 (sessenta) parcelas, com dispensa de 20% (vinte por cento) do valor dos juros.

§ 4º - Os créditos tributários inscritos em dívida ativa e ajuizado só poderão ser quitados com os benefícios desta lei mediante apresentação de certidão da Procuradoria Geral do Estado que comprove o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que ficam limitados ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor consolidado a ser pago, além da prova de garantia do débito.

Art. 2º - O pedido de parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário.

Art. 3º - O não pagamento de três parcelas, sucessivas ou não, ou de valor correspondente a três parcelas, nos prazos fixados importará na imediata revogação do parcelamento e na exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 4º - Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos da presente lei, não tendo o sujeito passivo direito de restituição ou compensação das importâncias já recolhidas.

Parágrafo Único - A rescisão de que trata este artigo implica na perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

Art. 5º - Os contribuintes que, até 21 de novembro de 2003, procurarem espontaneamente a repartição fazendária para reconhecer infração vinculada a fatos geradores relativos ao ICMS ocorridos até 31 de agosto de 2003, será concedida a dispensa dos juros que incidirem sobre a dívida confessada espontaneamente, desde que quitado integralmente o imposto, devidamente atualizado.

Parágrafo Único - O contribuinte poderá optar por parcelar o imposto relativo à infração reconhecida de que trata o *caput*, observando, no que couber, as disposições contidas nesta lei quanto ao parcelamento.

Art. 6º - Os créditos de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de agosto de 2003, poderão ser liquidados, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor atualizado e dos juros, desde que integralmente recolhido o débito remanescente até 28 de novembro de 2003.

Art. 7º - O disposto nesta lei não se aplica a autos de infração em que sejam exigidas as penalidades dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, alínea "a" do inciso XIII, alínea "g" do inciso XV, e alínea "b" e "c" do inciso XVII, todos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e as penalidades correlatas das Leis Ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM.

Art. 8º - A competência para deferir o parcelamento de que trata esta lei é do secretário de Estado da Fazenda, que poderá delegá-la.

Art. 9º - O contribuinte que possuir crédito acumulado de ICMS, habilitado pelo Sistema de Controle de Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - Siscred, decorrentes de operações de exportação ou ao abrigo do diferimento do pagamento, poderá utilizá-lo para liquidação integral dos débitos de ICMS, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, lançados até

31 de agosto de 2003, com dispensa da multa e dos juros, mantida a correção monetária, observado o disposto em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Para usufruir do disposto no *caput* deverá o contribuinte protocolizar o requerimento, até 28 de novembro de 2003, na Agência de Rendas do seu domicílio tributário.

Art. 10 - Os créditos tributários do ICMS, constituídos nos termos do artigo 142 e seguintes do Código Tributário Nacional, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, poderão ser objeto de compensação:

- a) preferencialmente com precatórios alimentares;
- b) com precatórios decorrentes da complementação de valores de precatórios quitados com base no artigo 33 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, desde que os valores sejam correspondentes aos dois décimos vencidos, nos termos da Emenda Constitucional nº 030/2000, dos precatórios não alimentares, observadas as formalidades previstas em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - A compensação a que se refere este artigo, quanto aos requerimentos protocolizados até 28 de novembro de 2003, far-se-á com a dispensa de multa e dos juros do imposto objeto da compensação, mantida a correção monetária.

Art. 11 - O disposto nesta lei não enseja a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 12 - No prazo de até trinta dias contados da data da sua publicação, a presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.09.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - da Indicação nº 050/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que sugere a criação de um Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná.

REDAÇÃO FINAL

INDICAÇÃO Nº 050/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná:

A deputada Luciana Rafagnin dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação do Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, vinculado à Companhia de Habitação do Paraná.

2 - O objetivo do Programa de Habitação Rural é financiar a construção, reforma e/ou ampliação de moradias rurais aos agricultores familiares.

3 - Serão beneficiários desse financiamento os agricultores familiares que atendam aos seguintes requisitos:

I - utilizar o trabalho direto seu e de sua família na exploração agrícola da terra;

II - não deter, a qualquer título, área de terra superior a 04 (quatro) módulos fiscais;

III - ter a renda familiar proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa;

IV - residir na propriedade há pelo menos 01 (um) ano.

4 - A concessão do financiamento obedecerá aos seguintes parâmetros:

I - carência de até 01 (um) ano e meio;

II - prazo de amortização de no máximo 10 (dez) anos;

III - prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a liberação do recurso, para a concessão da reforma, construção ou ampliação da moradia rural;

IV - a amortização será feita pelo valor nominal contratado, observado o prazo de carência prevista no inciso I desse artigo, sendo o mesmo sob a forma de equivalência, produto da atividade principal do beneficiário, podendo ser vencimento em parcelas anuais ou semestrais, conforme opções do agricultor.

5 - Os recursos financeiros, serão provenientes aqueles gerenciados pela Caixa Econômica Federal, Projeto Alívio à Pobreza no Meio Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais; Contrato de Empréstimo 4060/BR e outras fontes a serem indicadas pelo Poder Executivo Estadual.

I - O Poder Executivo poderá abrir crédito em qualquer tempo no seu orçamento para a eficácia plena do presente programa.

6 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais necessários para atender as despesas decorrentes dessa lei.

7 - Para a implementação do presente Programa: elaboração dos projetos, prestação de assistência técnica social serão competência da Cohapar, SEAB e demais órgãos do Estado.

8 - Também farão parte da organização, localização junto à propriedade e a realização dos projetos os técnicos da Emater e das cooperativas de créditos rurais.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a ONG SOS Cultura, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Lar Comunitário dos Velhinhos - LCV, com sede no município de São José da Boa Vista e foro no município de Wenceslau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que proíbe as instituições de ensino fundamental, médio e superior, de impedir a formatura e de não expedir o diploma de alunos inadimplentes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE.

Sobre o referido projeto, emenda supressiva corretiva de plenário, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

### EMENDA SUPRESSIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 305/2003

A presente emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 305/2003, tem por objetivo suprimir da redação originalmente proposta o seu artigo 3º, adequando a proposta ao que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sala das Sessões, em 29.09.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Carlos Simões, Nelson Justus, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

Dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, desde em 1916, que independentemente de disposição expressa, a Lei nova derroga a anterior sempre que, sobre a mesma matéria, dispuser de forma diversa.

Mais recentemente e por força de determinação constitucional (artigo 59, parágrafo único, da CF), a União editou normas gerais sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, através da Lei Complementar nº 095/98 que em seu artigo 9º dispõe:

“Art. 9º - Quando necessária cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas.”

A esta Casa de Leis também cumpre zelar e aprimorar a técnica legislativa dos projetos de lei sobre os quais delibera, portanto, em face dos fundamentos legais e constitucionais acima expostos, justifica-se a apresentação da presente emenda.

**O projeto será encaminhado à CCJ.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 9.959, de 29 de abril de 1992, que criou o município de 4º Centenário. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/2003, de autoria do deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Educação Infantil - ABAC, com sede e foro em Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2003, de 26/02/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 077/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Amigos da Criança da Vila OK - ABAC, com sede e foro em no município de Londrina.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 077/2003

**P A R E C E R :**

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Amigos da Criança da Vila OK - ABAC, com sede e foro em no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a AMAST - Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Habitacional Santa Terezinha com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 006/2003, de 17/03/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 117/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a AMAST - Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Habitacional Santa Terezinha com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados - ASSAIF, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2003, de 17/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 118/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados - ASSAIF, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Alto - Atuba, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2003, de 31/03/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 150/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade

Pública a Associação de Moradores do Bairro Alto - Atuba, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o CTG - Centro de Tradições Gaúchas "Porteira do Norte", com sede e foro na Comarca de Wencerlau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2003, de 07/04/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 175/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o CTG - Centro de Tradições Gaúchas "Porteira do Norte", com sede e foro no município de Wenceslau Braz.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos Três Bairros, com sede e foro no município de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2003, de 14/04/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 204/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos Três Bairros, com sede e foro no município de Rio Negro.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de

acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que define diretrizes para a política de assistência integral aos portadores da Doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/2003, de 12/05/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 253/2003

##### P A R E C E R :

Para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que define diretrizes para a política de assistência integral aos portadores da Doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Pretendem o autor que se assegure aos portadores da doença de Parkinson a assistência integral por parte do SUS.

A proposição estabelece ainda as diretrizes a serem seguidas pelo SUS na execução da política de assistência integral aos portadores da doença de Parkinson.

Legislar sobre a matéria é competência dos estados conforme se pode concluir da análise do artigo 24 da Constituição Federal de 1988.

"Art. 24 - Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde."

Encaminhando o projeto à Secretaria Estadual de Saúde, esta se manifestou no sentido de que não é competência do Estado legislar sobre a matéria.

A Secretaria Estadual de Saúde informou ainda que já existe programa de assistência aos portadores da doença de Parkinson.

Todavia, são apenas programas que integram uma política de governo, enquanto a lei extrapolará os limites temporais de um governo estadual.

A esse relator parece que a secretaria Estadual de Saúde extrapolou os limites de sua competência ao formular juízo de valor sobre a proposição.

As respostas dos órgãos estaduais aos projetos a eles encaminhados para diligências devem se limitar a prestar as informações necessárias à instrução da proposição.

Os aspectos relacionados à competência para legislar, legitimamente de iniciativa e constitucionalidade são

exclusivas do Poder Legislativo. O Executivo também tem essa prerrogativa e pode exercê-la por ocasião do veto ou sanção da proposição.

A adoção de procedimento que não atenda ao supra formulado afronta o disposto no artigo 2º da Constituição Federal.

“C. F. artigo 2º - São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

Sobre a técnica legislativa é importante ressaltar que a proposição não traz qualquer comando sancionatório para o caso de descumprimento de suas determinações.

Pelas razões supra, o parecer é pela tramitação regimental da proposição. Sugira-se ao autor que emende a proposição estabelecendo penalidades aos órgãos públicos vinculados ao SUS que não assegurem o cumprimento da norma legal a ser criada com a aprovação da proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 253/2003

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, define diretrizes para a política de assistência integral aos portadores da Doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Trata-se de doença que deve receber maior atenção do Poder Público e a matéria em exame vem atender essa finalidade, exigindo a participação da sociedade na formulação de políticas efetivas.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 253/2003.

Sala das Comissões, em 03.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 253/2003

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Doutor Luciano, tem o objetivo de definir diretrizes para a política de assistência integral aos portadores da doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

##### Fundamentação

A matéria já foi analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, recebendo, de ambas, parecer favorável.

Chamada a opinar a Comissão de Saúde Pública apóia integralmente a proposição em tela, tendo em vista o grande alcance e benefícios que a mesma trará aos portadores da doença de Parkinson, que terão garantido a assistência integral do Sistema Único de Saúde.

##### Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Saúde pública apresenta parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a ACIAC - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro do Sul, com sede em Cruzeiro do Sul e foro em Paranacity. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 036/2003, de 20/05/2003)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 276/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Durval Amaral, declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro do Sul, com sede no município de Cruzeiro do Sul e foro no município de Paranacity”.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 276/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro do Sul, com sede no município de Cruzeiro do Sul e foro no município de Paranacity.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utili-

dade Pública a Associação Beneficente Casa de Nazaré, com sede e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2003, de 21/05/2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 287/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa de Nazaré, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 300/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Pachelli, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro d'Oeste. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 300/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Pachelli, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro d'Oeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campo, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Maria Vicentina, com sede e foro no município de Maringá.

**PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 309/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Maria Vicentina, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Ucraniana e Amigos de Nova Cantu, com sede em Nova Cantu e foro em Campina da Lagoa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 345/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Ucraniana e Amigos de Nova Cantu, com sede no município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, sonos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 345/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Ucraniana e Amigos de Nova Cantu, com sede no município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

O senhor PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2150 a 2155, de autoria do deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2156, de autoria da senhora deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2157, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2158, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2159, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2166 e 2167, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2168, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2169, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2170, de autoria do senhor deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando para terça-feira, dia 30, à hora regimental, uma Sessão Ordinária Especial, para explanação do secretário de Estado da Fazenda, senhor Heron Arzua, referente ao segundo quadrimestre do ano de 2003, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 01 de outubro, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 077, 117, 118, 150, 175, 204, 253, 276, 287, 300, 309 e 345/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 108, 508, 509, 518 e 525/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 016, 021, 066, 075 e 087/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Indicações Legislativas:

##### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 033

Autoria: deputado Geraldo Cartário

##### SÚMULA:

Sugere a regulamentação da Lei nº 13.561, que concedeu auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa.

1º - A regulamentação da Lei nº 13.561, de 16 de maio de 2002, que concedeu auxílio-transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, que dispõe o seguinte:

“Art. 1º - O Poder Executivo Estadual fica autorizado a conceder auxílio-transporte a todos os integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e da inativa.

2º - O auxílio-transporte referido no artigo anterior consiste na isenção da incidência do ICMS na aquisição de um veículo popular básico para cada policial, zero quilômetro de fabricação nacional, cabendo ao decreto especificar as formas de controle e objetivos a que se destina.

Parágrafo Único - Os veículos que trata o dispositivo supra citado somente poderão ser vendidos após 05 (cinco) anos de uso.”

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 034

Autoria: deputado Alexandre Curi

##### SÚMULA:

Sugere a inclusão dos municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom na área de abrangência da Ciretran do município de Marilândia do Sul.

1º - Incluir na área de abrangência da Ciretran de Marilândia do Sul, os municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa atender inúmeros pedidos das populações dos municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom, buscam maior conforto para dirimirem



seus assuntos concernente a trânsito, não precisando se deslocarem até o município de Apucarana, com percurso em muito superior.

É uma aspiração antiga dessas populações, pois para solucionarem problemas de regularização documental de seus veículos, se obrigam a terem gastos elevados para contar com o serviço público do Detran.

Certo de colher do governador do Estado a devida atenção, conclamo meus nobres pares desta Casa de Leis para que procedam o apoio à presente sugestão, por tratar-se de uma questão de mérito.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 035

Autoria: deputada Luciana Rafagnin

##### SÚMULA:

Sugere a criação de programa especial de atendimento à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos de idade.

1º - Sugere a criação de programa especial de atendimento à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos de idade, denominado Saúde e Cidadania.

2º - O programa Saúde e Cidadania, desenvolverá ações de orientação integrada, a saber:

- I - grupos de auto-ajuda (terapia ocupacional);
- II - oficinas informativas;
- III - boletins de orientação;

3º - O programa Saúde e Cidadania, desenvolverá as seguintes ações técnicas:

- I - campanhas de levantamento de situações;
- II - consultas sistemáticas pelo SUS;
- III - acompanhamento periódico;
- IV - exame de próstata;
- V - exame preventivo de câncer de mama e de colo de útero;
- VI - combate a doenças crônicas degenerativas;
- VII - tratamento terapêutico de transtornos emocionais;
- VIII - atendimento odontológico.

4º - O programa Saúde e Cidadania, realizará Conferência Municipais, regionais e Estadual, abordando temas relacionados à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos, deliberando sobre propostas e metas de ação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a criar programa especial de saúde voltado para as pessoas com mais de 40 anos.

Estudos e pesquisas indicam que após os 40 anos as pessoas ficam mais suscetíveis a uma série de enfer-

midades, especialmente o câncer de mama, na mulher, e o câncer de próstata, no homem.

A falta de orientação e de atendimento adequado, tem levado muitas pessoas a quadros clínicos gravíssimos, gerando por vezes elevados gastos com procedimentos de alto custo, e inúmeras dificuldades para as pessoas com elevados custos para o Estado, cujo sistema já se encontra em colapso há muito tempo.

O programa proposta, visa combinar uma série de ações, com vistas à orientação e prevenção, que custam pouco e dão resultados fantásticos.

Sendo a saúde um direito do cidadão, e dever do Estado, constitucionalmente assegurado, o projeto de lei em epígrafe, propõe a criação do Programa Saúde e Cidadania, com vistas a melhorar as condições de vida da população paranaense, combinando uma série de ações, que em seu conjunto produzem melhoria na condição de vida da população com mais de 40 anos.

Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa, e posteriormente sua aprovação em Plenário.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 036

Autoria: deputado Delegado Bradock

##### SÚMULA:

Sugere a construção, em caráter emergencial, da terceira faixa na PR-92, no trecho compreendido entre Curitiba e Rio Branco do Sul.

1º - A construção em caráter emergencial da terceira faixa na rodovia PR-092 no trecho que vai de Curitiba a Rio Branco do Sul, nos locais que ainda não tenham.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

Em anexo segue índice estatístico de acidentes de trânsito rodoviário, ocorrido na rodovia estadual de prefixo PR-092 (Curitiba a Rio Branco do Sul), nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003 onde apura-se o número elevado de acidentes, bem como as vítimas fatais e feridos no mesmo período.

A população que trafega naquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam ter condições de transitar com segurança no trajeto de Curitiba a Rio Branco do Sul. Cabe ainda salientar que o fluxo de caminhões é muito elevado, tendo-se em vista as fábricas de calcário na região, o que eleva ainda mais a necessidade da terceira faixa, pois os caminhões que seguem lentos pela pista sem a terceira faixa fazem com que o trânsito fique caótico e vagaroso, e certamente, por consequência, gerando ainda mais acidentes.

Nestes termos, justifica-se a construção da terceira faixa na PR-092 no trecho entre Curitiba e Rio Branco do Sul.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 037

Autoria: deputado Delegado Bradock

##### SÚMULA:

Sugere a implantação de um posto de atendimento permanente da Polícia Civil na Ilha do Mel.

1º - Seja implantado na Ilha do Mel, da 2ª Subdivisão Policial do Interior de Paranaguá, um Posto de Atendimento Permanente da Polícia Civil.

2º - O efetivo correspondente com pelo menos quatro (04) investigadores de Polícia e um (01) escrivão de polícia, enquanto que o delegado de Polícia de Paranaguá permanecerá com a competência para dar atendimento na Ilha do Mel.

3º - A competência do Posto de Atendimento com sede na Ilha do Mel é dar atendimento aos fatos delituosos ocorridos em toda a extensão da referida ilha.

4º - Caberá à Secretaria Estadual de Segurança Pública, dar condições de funcionamento suprimindo as necessidades de transportes condizentes a realidade da região, barcos, bicicletas e outros meios pertinentes e adequados ao desenvolvimento dos trabalhos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

A indicação de implantação do Posto de Atendimento Permanente na Ilha do Mel vem de encontro ao aumento populacional na região e as distâncias a serem atendidas pelo aparo policial deficitário em Paranaguá e por longos anos a fio sem o devido reconhecimento da importância da região dentro do Estado.

Cabe salientar que atualmente residem na Ilha do Mel aproximadamente 1300 pessoas, porém este número nos finais de semana acabam por atingir cerca de 6000 pessoas, e em época da temporada, vale dizer, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, transitam pela ilha aproximadamente 150.000 pessoas, gerando com este fluxo a ocorrência de diversos tipos de delitos.

Destaca-se ainda que segundo a ONU, o ideal de policiais por número de habitantes é em torno de 03 policiais para cada 1000 habitantes, o que nesta região está muito aquém das expectativas mundiais.

É bem verdade que em termos gerais, o atual quadro de pessoal das carreiras da polícia civil data de 1982 e permanece inalterado, sendo a estrutura de pessoal com mais de 20 anos de atraso e desta forma já não mais atende aos anseios da população, contudo, esta mesma população vê na Delegacia de Polícia um porto seguro a

quem efetivamente pode recorrer tendo a certeza de uma resposta, órgão representante do Estado encarregado de fornecer-lhe a segurança necessária para que se possa ter um veraneio e uma melhor qualidade de vida.

É salutar mencionar que em algumas ocasiões, na Operação Praias do ano de 2002, esteve a Polícia Judiciária presente na Ilha do Mel, utilizando-se de uma casa cedida pela Prefeitura de Paranaguá e com a ajuda de moradores (maiores interessados no turismo local e na segurança dos veranistas), foi desenvolvido trabalho exemplar e satisfatório, diminuindo a incidência de pequenos furtos e do tráfico de drogas que tanto preocupa a população local e a sociedade como um todo.

Vale dizer ainda, que a Ilha do Mel conta com atendimento do Juizado Especial, que tem sede naquela localidade, e no entanto, não dispõe de Polícia Judiciária para instruir seus procedimentos.

Existe somente a Polícia Florestal, que com efetivo parco, de competência limitada aos crimes ambientais, acaba sendo o único porto a quem a população sempre se socorre.

Nestes termos, justifica-se a implantação do Posto de Atendimento Permanente da Polícia Civil na Ilha do Mel.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 038

Autoria: deputado Delegado Bradock

##### SÚMULA:

Sugere que os veículos de proprietários de baixa renda que se encontrem apreendidos nos pátios das unidades do Detran e da Polícia Militar sejam dispensados do pagamento da estadia.

1º - Aos proprietários de veículos de baixa renda para que sejam liberados do pagamento da estadia dos seus automóveis que se encontrem apreendidos nos pátios das unidades do Detran e Polícia Militar.

2º - Os proprietários somente estariam isentos do pagamento dos valores da estadia, tendo porém que arcar com eventuais multas.

3º - É imprescindível que o veículo tenha condições para trafegar com segurança.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

Existem várias hipóteses a serem analisadas e que justificam plenamente o pleiteado na indicação para que os veículos de proprietários de baixa renda sejam liberados do pagamento dos valores da estadia nos pátios das unidades do Detran e da Polícia Militar, visto que os mencionados locais utilizados como depósitos são em sua maioria desprovidos de estrutura que possibilitem a manutenção sem prejuízo e deterioração do bem, ao par do que se alinham os veículos de proprietários de baixa renda, que em sua maioria, já são veículos um tanto usados e passíveis de desgaste rápido. Ademais, os veículos

acabam ocupando um espaço que a administração pública não dispõe de estrutura adequada para a manutenção da segurança e da conservação.

Salienta-se também que muitas vezes, dependendo obviamente, do período que permaneçam depositados os veículos nos pátios, o valor a ser pago pela estadia ultrapassa as condições do proprietário e o próprio valor do bem, inviabilizando-se a restituição do veículo, enquanto vai deteriorando-se, por muitas vezes o único patrimônio do proprietário.

Nestes termos, justifica-se a dispensa do pagamento do valor da estadia dos veículos de proprietários de baixa renda.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 039

Autoria: deputada Cida Borghetti

##### SÚMULA:

Propõe a criação do Programa Escolar de Acompanhamento Domiciliar.

1º - Fica instituído o Programa Escolar de Acompanhamento Domiciliar, destinado a promover a integração dos alunos da rede estadual de ensino e seus familiares na otimização do binômio ensino-aprendizagem.

2º - O Programa de que trata este artigo será administrado por um Conselho Executivo formado por profissionais da educação.

3º - São objetivos do Programa Escolar de Acompanhamento Domiciliar:

a) elaborar cadastro dos alunos e de suas famílias para fins de levantamento do respectivo histórico familiar;

b) interagir com os alunos e as respectivas famílias, por meio de contatos pessoais e reuniões periódicas, buscando encontrar e sanar eventuais problemas que afetem o aproveitamento escolar.

c) implementar, com o auxílio de profissionais da área de saúde, medidas de combate à dependência química e alteração de cunho psicológico, junto aos alunos e seus familiares; e

d) apresentar anualmente mapas de evolução do aproveitamento escolar dos alunos, para avaliar a eficácia do Programa.

4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

O objetivo principal desta proposta é aprimorar o processo de aprendizagem através de melhorias das relações familiares.

O programa tem por meta ultrapassar os limites dos muros escolares e, interagindo com os alunos e familiares, detectar e sanar problemas que afetem o aproveitamento escolar, não apenas aqueles de relacionamento, mas também casos de dependência química e de ordem psicológica.

Para tanto, será necessário contar com o trabalho dos pedagogos, psicopedagogos e assistentes sociais, além do corpo docente e administrativo das escolas, que devem receber treinamento para esse fim.

Os benefícios se traduzirão em melhoria, tanto no campo da aprendizagem, como no comportamento do aluno perante a sociedade.

Este programa não tem cunho assistencialista. Não serão destinados recursos financeiros aos assistidos, mas será atendimento efetivo à população escolar e seus familiares.

Não há possibilidade de resgate da cidadania sem atenção especial à educação, cujos cuidados devem envolver o bem-estar dos alunos, que devem ter tranquilidade para receber a carga de ensinamento essencial para a inserção na sociedade moderna.

O ensino público precisa de maior atenção e de melhores condições de trabalho, atenuando os problemas constatados.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 040

Autoria: deputada Cida Borghetti

##### SÚMULA:

Propõe a criação do Programa Força Voluntária.

1º - Fica instituído o Programa Força Voluntária, destinado a incentivar o trabalho voluntário nos órgãos públicos e nas instituições privadas com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos, de assistência social e de saúde, de fins não lucrativos.

2º - O Programa compreende:

a - a instituição da Força Voluntária destinada às ações de particulares em colaboração com o Poder Público;

b - incentivar servidores públicos, abrangendo os servidores estatutários, contratados e temporários, à realização de trabalho voluntário;

c) - a Força Voluntária será formada por pessoas físicas interessadas em contribuir com serviços voluntários à consecução dos objetivos do Poder Público, em suas diversas áreas de atuação.

3º - Poderão inscrever-se como voluntários pessoas que preencham os seguintes requisitos:

I - ter mais de 18 (dezoito) anos;

II - estar em dia com as obrigações eleitorais;

III - ter concluído o ensino fundamental;

IV - não ter antecedentes criminais.

4º - O serviço voluntário consistirá na prestação de atividade não remunerada, por 2 (duas) horas semanais, no mínimo, sem vínculo empregatício e isento de obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

5º - O serviço voluntário será exercício mediante celebração de termo de adesão entre a entidade pública e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objetivo e as condições de seu exercício.

6º - As doações à Força Voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, serão feitas através de termo de doação específico, o qual conterá o objeto e a qualificação do doador.

7º - As doações em dinheiro serão direcionadas para:

I - aquisição de materiais necessários à realização do serviço voluntário;

II - uniformização, identificação e administração do pessoal voluntário;

III - confecção de material didático aos participantes da Força Voluntária, versando sobre:

- a) o Estado e suas funções;
- b) atribuições específicas do órgão público em que o serviço voluntário é realizado;
- c) deveres e responsabilidades do agente público;
- d) direitos e deveres do voluntário.

8º - O Chefe do Poder Executivo determinará o órgão da administração direta responsável pela administração dos recursos e das pessoas que manterão a Força Voluntária.

9º - Os voluntários serão conduzidos aos órgãos públicos de acordo com o interesse público e as especialidades de cada um, após treinamento promovido pela organização do serviço voluntário.

10 - O Poder Público estimulará entre seus servidores a prática do voluntariado na comunidade.

11 - Cada órgão da Administração Direta organizará levantamento dos servidores interessados em realizar atividades voluntárias, os quais fornecerão seus currículos e indicarão as suas áreas de interesse, a disponibilidade de horário e locomoção e as atividades das quais gostariam de participar.

12 - O Estado realizará convênios com organizações não governamentais, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil e de interesse público, entidades filantrópicas, entidades de utilidade pública e outras que atendam aos disposto no artigo 1º, visando o aproveitamento dos voluntários.

13 - Aplicam-se ao servidor voluntário as disposições contidas nos itens 7º, 8º, 9º e 10 desta insinuação.

14 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O trabalho voluntário já faz parte da cultura brasileira e tem beneficiado milhares de pessoas que precisam de ajuda. São muitas as entidades que prestam serviços de utilidade pública, agindo em áreas de atuação exclusiva do Estado ou não, melhorando a qualidade de vida de pessoas carentes de recursos financeiros.

Como se sabe, essas entidades não se mantêm apenas com seus próprios meios, mas também por doações e auxílios do Poder Público, por exemplo. Mas há um elemento que é essencial à comunidade de suas atividades: o trabalho voluntário.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 041

Autoria: deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Propõe a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da Rede Estadual de Ensino.

1º - Propõe a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da Rede Estadual de Ensino.

2º - O Programa Estadual da Saúde Vocal do Professor destina-se à prevenção e correção de disfonias em professores da rede estadual de ensino.

3º - A assistência preventiva e corretiva será oferecida através da rede pública de saúde, com a realização de curso teórico e prático anual, orientando os professores sobre impostação vocal.

4º - As Secretarias Estaduais da Saúde e Educação formularão as diretrizes para a execução do programa, sendo a coordenação do curso atribuída a um profissional da fonoaudiologia.

5º - O programa contemplará a fase preventiva e o tratamento fonoaudiológico e médico.

6º - Serão dotados em orçamento próprio os recursos necessários à implantação do programa criado nesta lei.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de programa destinado a melhorar o rendimento profissional do professor da rede pública estadual, beneficiando, conseqüentemente, os alunos.

O objetivo é prevenir eventuais problemas de dis-fonia em professores da rede estadual de ensino, proble-mas que são comuns a profissionais dessa área, devido a complicações nas cordas vocais.

A orientação de profissional da fonoaudiologia é essencial para o sucesso do empreendimento, conce-dendo acesso a tratamento que importa na melhoria da qualidade de vida do professor.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 042

Autoria: deputada Cida Borghetti

#### SÚMULA:

Sugere a inclusão de ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes nos cursos de formação de professores e pede outras providências.

1º - A inclusão, nos programas dos cursos de for-mão e reciclagem dos professores da rede estadual de ensino fundamental, de ensinamentos referentes a subs-tâncias entorpecentes ou que determinem dependências física ou psíquica a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos.

2º - A inclusão no programa de disciplina da área biológica integrante dos currículos do ensino fundamen-tal, de pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e os efeitos das substâncias entorpecen-tes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A sugestão acima tem por fundamento a Lei Fede-ral nº 6368/76 (Lei de Entorpecentes), a qual no seu capí-tulo I que trata da prevenção, torna obrigatório que sejam ministrados nos cursos e formação de professores ensina-mentos referentes a substâncias entorpecentes de forma que estes possam repassar tais ensinamentos aos alunos, conscientizando-os e alertando-os sobre os efeitos das drogas, atuando portanto de maneira preventiva. A refe-rida lei também obriga que conste no programa do ensino médio pontos objetivando o esclarecimento sobre as substâncias entorpecentes.

Pretende-se com as presentes sugestões a adequa-ção e observância à legislação federal, de modo que em nosso Estado os professores recebam os ensinamentos necessários para que possam tratar da questão das drogas de maneira adequada, auxiliando na formação de alunos saudáveis.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 043

Autoria: deputado Padre Paulo Campos

#### SÚMULA:

Sugere a participação de mulheres em concursos públicos para ingressar no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

1º - Sugere a participação de mulheres em concu-rsos públicos para ingresso no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

2º - A legislação federal faculta aos Estados o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças, visando atender as necessidades das corpora-ções em atividades específicas. O Estado de São Paulo desde 1991 permite o ingresso de mulheres no quadro efetivo de bombeiros.

Diante do exposto, sugere a V. Exa. que seja opor-tunizado o ingresso de mulheres, mediante concurso público, no Corpo de Bombeiros do Estado.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal assegura a igualdade entre homens e mulheres. Assim, principalmente no campo profissional, as mulheres vêm conquistando espaços e funções que inicialmente eram desempenhadas apenas pelos homens. Todavia, ainda há muito a ser conquistado, haja vista que, ainda percebem menores salários mesmo desempenhando funções idênticas aos homens, além de sofrerem restrições de sua participação em alguns seto-res.

A legislação federal faculta aos Estados o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças, visando atender às necessidades das corporações em ati-vidades específicas. Entretanto, os concursos públicos para ingresso no Corpo de Bombeiros, no Estado do Paraná, restringem a participação das mulheres.

No Estado de São Paulo, a utilização da mulher nos serviços de bombeiros iniciou-se, em 1990, a partir da idéia de empregá-la nos serviços de resgate em funcio-namento na Capital de São Paulo, por ser uma atividade próxima à tarefa de enfermagem, que vinha sendo desen-volvida exclusivamente por bombeiros, e que teve até então algumas experiências através das enfermeiras, que compõem as unidades de Suporte Avançado, em apoio às Unidades de Resgate.

Apresentada a proposta na época, o Comando do Corpo de Bombeiros aprovou e adotou a idéia, e assim, foi liberado um pelotão de policiais femininas, que seria destacado do Comando do Policiamento Feminino, com destino ao Corpo de Bombeiros.

A proposta inicial foi então ampliada e, ao invés de utilizá-las apenas nos Serviços de Resgate, foi nomeado um Grupo de Trabalho para estudar a utilização da mulher em todos os serviços operacionais do Corpo de Bombeiros, de forma a ampliar a atuação da mulher, obtendo-se um novo universo de pessoal para o recruta-mento nas fileiras da Corporação.

Durante o treinamento, foram realizados vários estágios, com a finalidade de dar à mulher, condições de trabalhar no Corpo de Bombeiros, sendo considerado importantes as noções de prevenção e combate a incên-

dios, organização do Corpo de Bombeiros, combate e maneabilidade de incêndio, tecnologia e maneabilidade de salvamento, pronto-socorrismo e outras atividades técnicas do Corpo e Bombeiros.

A formação e inclusão em 04 de dezembro de 1991, das primeiras bombeiras nos serviços de Bombeiros no Estado e no Brasil, revelaram que as mulheres estão perfeitamente integradas e preparadas para execução de todas as atividades do Corpo de Bombeiros, por terem demonstrado no término do treinamento, desempenho satisfatório nas emergências de pronto-socorrismo, nas guarnições de Comando, Exploração e Salvamento, devidamente comandadas.

Assim, visando garantir a participação das mulheres em concurso público para ingresso no Corpo de Bombeiros do Estado é que encaminhamos esta sugestão.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 044

Autoria: deputado Delegado Bradock

##### SÚMULA:

Sugere a criação do Instituto Médico Legal na cidade de Telêmaco Borba.

1º - A criação do Instituto Médico Legal na cidade de Telêmaco Borba.

2º - O Instituto Médico Legal terá como competência territorial os municípios de Imbaú, Reserva, Hortigueira, Curiúva, Tibagi, Ventania, Figueira e Telêmaco Borba.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

Salienta-se que a região de Telêmaco Borba, compreendendo as cidades de Imbaú, Reserva, Hortigueira, Curiúva, Tibagi, Ventania, Figueira, atualmente são atendidas pelo IML de Ponta Grossa, o que causa um grande desgaste aos familiares que necessitam de liberação de corpo, bem como às vítimas de crimes que precisam ser submetidas a exames, devido à distância a ser percorrida.

Deve ser considerado também que o IML de Ponta Grossa não possui equipamento suficiente para dar o atendimento a uma região tão grande, pois conseqüentemente o número de pessoas a serem atendidas é bem maior, ocasionando filas e até mesmo falta de atendimento.

Cabe ressaltar que as cidades envolvidas nesta indicação encontram-se, a mais distante, a aproximadamente 200 km de Ponta Grossa, distância esta muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, visto que o resultado de um exame pode significar a prisão de um réu de demais situações a serem atendidas.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados na eminência de situações indesejadas, aquela região da mesma forma clama por um IML na cidade de Telêmaco Borba.

Neste termos, justifica-se a criação do IML na cidade de Telêmaco Borba.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 045

Autoria: deputado Delegado Bradock

##### SÚMULA:

Sugere a criação da Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba.

1º - A criação da Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba.

2º - A Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba terá como competência o atendimento aos crimes que envolvem diretamente a mulher, como forma de proteção direta aos direitos da mulher.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 15.09.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

Salienta-se que na cidade de Telêmaco Borba, o atendimento aos delitos envolvendo mulheres tem sido uma constante, contudo a delegacia de Polícia que atualmente é responsável pelo atendimento não tem dado conta da demanda local, tendo em vista a falta de estrutura e de pessoal para atender aos delitos comuns, que cumulados com os delitos em que são vítimas as mulheres, acaba por ficar significativamente com o atendimento debilitado.

Nestes termos, justifica-se a criação da Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 333/2003

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 19 de março de 2002, data em que completou setenta (70) anos de idade, ROMEU ALVES CORDEIRO, matrícula nº 40789, funcionário desta Assembléia Legislativa, admitido em 02 de junho de 1986, exercendo o cargo de psicólogo, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, com proventos mensais e proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

(Prot. nº 771/2003)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.08.2003.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 334/2003**

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 03 de junho de 2001, data em que completou setenta (70) anos de idade, LIDIA DORA FAZZINI FERRARO, matrícula nº 40276, funcionária desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de maio de 1986, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, com proventos mensais e proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

(Prot. nº 772/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.09.2003.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 336/2003**

Conceder, a HILTON RONALD ALICE, matrícula nº 0044, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de consultor legislativo “A”-NU-2, lotado no gabinete da Procuradoria, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 18 de agosto de 1998 e 18 de agosto de 2003, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período de licença deverá ser marcado pelo requerente junto ao departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 6872/2003)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 338/2003**

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 28 de maio de 2002, data em que completou setenta (70) anos de idade, LAERTES ANTONIO ALVES, matrícula nº 40129, funcionário desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de abril de 1988, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, com proventos mensais e proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de cinco (05) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 15, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

(Prot. nº 770/2003)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 339/2003**

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 11 de junho de 2002, data em que completou setenta (70) anos de idade, JOSÉ MARIA SCHNEIDER, matrícula nº 40082, funcionário desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de maio de 1988, exercendo o cargo de agente administra-

tivo N-61, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, com proventos mensais e proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de dois (02) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

(Prot. nº 743/2003)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 340/2003**

Conceder, à MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LANA, companheira do ex-deputado estadual Edilson Alencar Barbosa, falecido no dia 18 de agosto de 2003, pensão mensal, de acordo com o artigo 1723, do novo Código Civil, e estabelecida pela Lei nº 4763/63, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426/2002.

(Prot. nº 7034/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.09.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**Ato da Diretoria Geral:****PORTARIA Nº 029/2003 - DAT**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 12 da Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002,

**R E S O L V E :**

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002, nas rubricas abaixo:

**REDUÇÃO DE DESPESA**

Código	P/A	Fonte	Valor
45906100	2000	000	10.500.000,00

**ACRÉSCIMO DA DESPESA**

Código	P/A	Fonte	Valor
31900300	9000	000	500.000,00
31901100	2000	000	7.500.000,00
31901300	2000	000	1.000.000,00
33903900	2000	000	<u>1.500.000,00</u>
			10.500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.09.2003.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

Visto:

NEREU MOURA - 1º Secretário

## **Atas de CPI:**

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho de dois mil e três no plenário desta Assembléia Legislativa, às 9h30m, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Ratinho Júnior, Alexandre Curi e Durval Amaral. O senhor presidente solicita ao senhor deputado Vanderlei Iensen que proceda a leitura das Atas nºs 18, 19 e 20 das reuniões anteriores. O senhor deputado Vanderlei Iensen requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere, ao mesmo tempo que coloca em votação as Atas. Foram as mesmas devidamente aprovadas. Na sequência o senhor presidente chamou a primeira depoente, Hortência Taderlei Moreira Lima, que faz a leitura do Termo de Compromisso. A seguir o senhor presidente chamou o segundo depoente, doutor Luiz Fernando Leone Vianna, que comparece acompanhado com seus advogados Marlus H. Arns de Oliveira e Rodrigo Sanchez Rios. O depoente faz a leitura do Termo de Compromisso. Logo na sequência, o senhor presidente comparece acompanhado com seus advogados Rodrigo Sanchez Rios e Daniel Laufer. O depoente faz a leitura do Termo de Compromisso. A seguir o senhor presidente chamou o quarto depoente, doutor Cezar Antonio Bordin, que comparece com seu advogado Renato Andrade. O depoente faz a leitura do Termo de Compromisso. A seguir o senhor presidente chamou o quinto depoente, doutor André Grocheveski Neto que comparece com seu advogado Renato Andrade. Por último o senhor presidente chamou o depoente doutor Ricardo Portugal Alves, que comparece com seu advogado Fausto Pereira de Lacerda Filho. Os senhores parlamentares fizeram os questionamentos aos depoentes e obtiveram as devidas respostas. O senhor presidente agradeceu a presença de todos. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Ao final da reunião, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão, para comparecerem à próxima reunião com acareação, a ser realizada no próximo dia 05 de junho do corrente, às 10h00 no salão do Tribunal do Júri, na cidade de Londrina, com a pauta já conhecida pelos senhores parlamentares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata,

que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e três no Plenário desta Assembléia Legislativa, às 10h00m, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho Júnior e Valdir Rossoni. O senhor presidente solicita ao senhor deputado Alexandre Curi, que proceda a leitura da Ata da 21ª reunião, a qual foi devidamente aprovada. O senhor presidente comunicou aos presentes a impossibilidade dos membros desta Comissão de estarem presentes à reunião do dia 05 de junho do corrente, na cidade de Londrina por motivos de força maior. Em seguida o senhor deputado Alexandre Curi, a pedido do senhor presidente, leu o Termo de Compromisso firmado em Londrina pelos senhores Gino Azzolini Neto, Luiz César Guedes e Ismael Mologni de comparecerem para serem acareados entre si na reunião do dia 12 de junho do corrente, a ser realizada na sede da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no horário das 10h00. Na sequência o senhor presidente chama José Carlos Loureiro, assistente da diretoria da Copel na qualidade de convidado, para prestar esclarecimentos a respeito do assunto UEG Araucária, que comparece com sua assistente doutora Raquel de Jesus Silva Rebello. O convidado faz sua explanação, ao mesmo tempo em que entrega 11 (onze) documentos à Comissão, que serão catalogados e registrados. Os senhores parlamentares fizeram os questionamentos ao convidado e obtiveram as devidas respostas. O senhor presidente agradeceu a presença de todos. Ao final da reunião, o senhor presidente agradeceu a presença de todos. Ao final da reunião, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão, para comparecerem à próxima reunião com acareação, a ser realizada no próximo dia 12 de junho do corrente, às 10h00 no Plenário desta Casa de Leis, com a pauta já conhecida pelos senhores parlamentares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e três no plenário desta Assembléia Legislativa, às 10h00m, foi



realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho Júnior e Tadeu Veneri. Compareceram, igualmente, a presente reunião os acareados: senhor Gino Azzolini Neto, acompanhado de seu advogado doutor Omar José Badauy, o senhor Luiz Cezar A. Guedes. O acareado, senhor Rubens Pavan, embora devidamente intimado não compareceu e tampouco justificou sua ausência. Estiveram presentes, também, os Srs. Ismael Mologni e Ferdinando Schauenburg, este último acompanhado de seu representante legal, Dr Júlio Brotto, para deporem junto a esta Comissão Parlamentar. O senhor presidente solicita ao senhor deputado Alexandre Curi que proceda a leitura da Ata da 22ª Reunião, sendo que o mesmo solicita a dispensa da mesma, solicitação esta que foi devidamente aprovada. O senhor presidente deu conhecimento público do envio de expediente por parte do senhor Rubens Pavan, da justificativa da ausência de sua presebça na reunião de acareação do dia 05 de junho do corrente ano, apresentada por seu advogado doutor Gilberto Baumann de Lima. Em seguida, o senhor presidente solicita ao senhor Ferdinando Schauenburg que inicie seu depoimento, antes pedindo aos acareados presentes e aos seus respectivos advogados que saíssem do recinto e esperassem em outra sala para a posterior acareação. Assim sendo o senhor Ferdinando Schauenburg inicia seu depoimento, lendo o Termo de Compromisso, conforme consta das notas taquigráficas anexas a esta Ata. Terminado o depoimento do senhor Ferdinando Schauenburg, o senhor deputado Vanderlei Iensen solicita ao senhor presidente que o citado depoente venha a ser convidado novamente a depor junto a esta Comissão para dar novos esclarecimentos na questão da UEG Araucária, na data de 17 de junho do corrente ano, às 8h30m no plenarinho desta Casa de Leis. Em seguida, o senhor presidente deu início a ouvida do segundo depoente do dia senhor Ismael Mologni, com a leitura do Termo de Compromisso do mesmo, conforme consta nas notas taquigráficas anexadas a esta Ata. Terminado o depoimento supracitado, o senhor presidente iniciou a acareação entre os Srs. Gino Azzolini Neto, Luiz César Guedes e Ismael Mologni, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo, sendo que os senhores parlamentares fizeram os questionamentos aos acareados e obtiveram as devidas respostas, tudo transcorreu conforme notas taquigráficas parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos. Ao final da reunião, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião a ser realizada dia 17 de junho do corrente ano, às 08h30m no plenarinho desta Casa de Leis, com a pauta já conhecida pelos senhores parlamentares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão,

lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente

Wilson Penka - Secretário

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL

### ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, às 8h30min, foi realizada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Durval Amaral. Compareceram, igualmente, à presente reunião, os convidados: senhor Ferdinando Schauenburg, igualmente acompanhado por seu advogado doutor Júlio Brotto e senhor Ricardo José Dória. O intimado senhor Eduardo Karrer, enviou correspondência (fax) ao presidente desta Comissão Parlamentar, justificando sua impossibilidade de comparecer para depor na presente reunião, já que tinha audiência previamente marcada com a ministra das Minas e Energia para mesma data, às 10h00 em Brasília, no Distrito Federal. Contudo, o senhor Eduardo Karrer se pôs à disposição para ser novamente intimado a depor em outra data que esta Comissão aprovar. Esteve presente, também, o senhor Julio Cezar Silva, acompanhado de seu representante legal, doutor Eduardo Alberto Marques Virmond, para depor junto a esta Comissão Parlamentar. O senhor presidente solicita ao senhor deputado Ratinho Júnior que proceda a leitura da Ata da 23ª reunião, sendo que o senhor deputado Vanderlei Iensen solicita a dispensa da mesma, solicitação esta que foi devidamente aprovada. O senhor presidente deu conhecimento público do envio de expediente por parte do senhor Eduardo Karrer, da justificativa da sua ausência na presente reunião, como acima foi relatado. Em seguida, o senhor presidente solicita que o senhor Júlio Cezar da Silva inicie seu depoimento, com a leitura do Termo de Compromisso, conforme consta das notas taquigráficas anexas a esta Ata. Em seguida, o senhor presidente deu início a ouvida do segundo depoente do dia, senhor Ferdinando Schauenburg, que após sua explanação, deixou documentos à Comissão. O senhor deputado Vanderlei Iensen requer seja oficiado a Copel, solicitando: 01) cópias dos documentos que digam respeito a avaliação de custo de capital da UEG Araucária (com relação ao valor de US\$360 milhões de dólares); 02) cópia da Ata da Reunião da Diretoria em que conste a posição do senhor Ferdinando Schauenburg, quanto a continuação dos projetos da UEG Araucária e CIEN; e 03) correspondências interna e externas (notes, internet, etc.) do senhor Ferdinando Schauenburg (permissão dada pelo mesmo). O senhor presidente agradeceu a presença de todos. Ao final da

reunião, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião a ser realizada no próximo dia 24 de junho do corrente ano, às 8h30 no auditório do subsolo do Edifício Presidente Tancredo Neves desta Casa de Leis, com a pauta já conhecida pelos senhores parlamentares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e três, no auditório do subsolo do Edifício Presidente Tancredo Neves desta Assembléia Legislativa, às 8h30min, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Durval Amaral, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni. Após ser dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, foi a mesma devidamente aprovada. O senhor presidente faz a leitura de requerimento apresentado pelos Drs. Rodrigo Sanchez Rios e Daniel Laufer, representantes legais do senhor Sérgio Luis Molinari, no qual justificam a sua impossibilidade de comparecer para depor na presente reunião. Contudo, se pôs à disposição para ser novamente intimado a depor em outra data que esta Comissão entender. Este presente, também, o doutor Antonio Acir Breda, representante legal do senhor Luiz Sérgio da Silva, no qual justifica o não comparecimento de seu cliente em virtude de que o mesmo estava em viagem de trabalho. Porém, requer seja designada nova audiência para a ouvida do depoimento de seu cliente. Informa ainda, o senhor presidente que o senhor Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini que também seria ouvido nesta reunião não foi localizado. O senhor presidente solicita ao senhor deputado Vanderlei Iensen que proceda a leitura de documento entregue pelo doutor Julio Brotto e seu cliente Mário Roberto Bertoni. O senhor presidente solicita a presença para a acareação da doutora Hortênsia Tardelli Moreira Lima e o senhor Mário Roberto Bertoni, os mesmos fizeram a leitura do Termo de Compromisso. O senhor Mário Roberto Bertoni deixou para a Comissão Parlamentar vários documentos afetos ao seu depoimento. Na seqüência, o senhor presidente solicita a presença para a acareação dos Srs. Ricardo Portugal Alves, Cezar Antonio Bordin e André Grocheveski Neto, conjuntamente com o senhor Mário Roberto Bertoni, que fizeram a leitura do Termo de Compromisso. Os depoimentos e acareações transcorrem conforme consta das

notas taquigráficas anexas a esta Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos. Ao final da reunião, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião a ser realizada no próximo dia 26 de junho do corrente ano, às 10h00, na sala de reuniões das Comissões desta Casa de Leis, com a pauta já conhecida pelos senhores parlamentares, com a oitiva dos Srs. Eduardo Karrer, Edilson Matos Novak, Miguel Ângelo Salgado e Raul Munhoz Neto. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Relator

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, às 10h00 foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, mais a presença dos senhores deputados; Barbosa Neto e Duílio Genari. Após ser dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, foi a mesma devidamente aprovada. Em seguida, o senhor presidente solicita ao senhor Miguel Ângelo Salgado, acompanhado de sua advogada doutora Raquel de Jesus Silva Rebello, OAB/PR nº 28.880, que inicie seu depoimento, com a leitura do Termo de Compromisso, conforme consta das notas taquigráficas anexas a esta Ata. Em seguida, o senhor presidente deu início a ouvida do segundo depoente do dia, senhor Raul Munhoz Neto, que igualmente leu o Termo de Compromisso. Após a ouvida do segundo depoente, o senhor presidente chamou para serem ouvidos conjuntamente os Srs. Eduardo Karrer e Edilson Novak, este último acompanhado pelo seu representante legal doutor Eduardo Virmond, OAB/PR nº 9074. O senhor Edilson Matos Novak, durante a sua explanação entregou documentos para esta Comissão Parlamentar. O senhor deputado Vanderlei Iensen solicita ao presidente que seja chamado a depor o senhor Mark Bauer, diretor-técnico da UEG Araucária e vice-presidente da El Paso Energy International do Brasil Ltda., para o mês de agosto do corrente ano. Ao final dos depoimentos o senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião a ser realizada no próximo dia 05 de agosto do corrente ano, às 8h30min no Plenarinho desta Casa de Leis, com a pauta já conhecida pelos senhores parlamentares. Nada mais havendo a tra-

tar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e três na sala de reunião das comissões desta Assembléia Legislativa, às 08h30, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Tadeu Veneri e Ratinho Júnior. Após ser dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, foi a mesma devidamente aprovada. O senhor presidente informou aos senhores deputados que esta Comissão recebeu durante o recesso parlamentar os documentos solicitados junto ao Ministério Público e a Adifea e que estão os mesmos à disposição dos membros desta Comissão. O senhor deputado Tadeu Veneri solicitou cópia dos documentos. O senhor presidente informou ao deputado Tadeu Veneri e aos demais que, trata-se de nove volumes, e que se considerando a grande quantidade de documentos não seria possível fazer cópias xerográficas de toda a documentação. Sendo assim, o senhor presidente sugeriu ao deputado solicitante que faça as cópias, apenas, dos documentos que julgar necessário. Em seguida, o senhor presidente informa que o senhor Mark Bauer, Diretor Técnico da UEG Araucária e vice-presidente da El Paso Emergency Internacional do Brasil Ltda., não compareceu, contudo, seu representante legal, doutor Eduardo Alberto Marques Virmond. OAB/PR nº 9074, se encontrava presente para justificar a ausência de seu cliente, informando que o seu cliente encontra-se na cidade de Huston, no Estado do Texas, nos Estados Unidos da América e não mais retornará ao Brasil. Outrossim, o doutor Eduardo, informou que seu cliente está à disposição para ser ouvido através de vídeo conferência ou outros meios eletrônicos. O senhor deputado Vanderlei Iensen informa que o governador do Estado, Roberto Requião estará viajando nos próximos dias para Huston, e se colocou à disposição para ir junto, como representante desta CPI para ouvir o senhor Mark Bauer. Logo em seguida, o senhor deputado Tadeu Veneri apresentou requerimentos, solicitando a oitiva de pessoas para virem, futuramente, depor junto à esta CPI, para prestarem informações sobre a auditoria realizada pela Copel na questão Olvepar e na Contratação Copel/Adifea. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecer à

próxima reunião a ser realizada no próximo dia 07 de agosto do corrente ano, às 10h00 na sala de reuniões das comissões desta Casa de leis, com os depoimentos dos senhores Luiz Antonio Costa Maciel e Valdecir Antonio Petry. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e três na sala de reunião das comissões desta Assembléia Legislativa, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Tadeu Veneri e Ratinho Júnior. O senhor presidente solicitando ao senhor deputado Vanderlei Iensen que proceda a leitura da Ata da reunião anterior, a qual depois de lida foi devidamente aprovada. O senhor presidente informa que o senhor Mark Bauer, Diretor Técnico chama o depoente senhor doutor Marlus Jorge Domingos que faz a leitura do Termo de Compromisso e comparece com o senhor doutor José Domingos Filho, e inicia sua explanação. Na sequência o senhor presidente solicita a presença dos auditores da Copel, senhores Luiz Antonio Costa Maciel e Valdecir Antonio Petri, que ao final de sua exposições entregaram em mãos do presidente desta comissão o sumário do relatório de auditoria interna Copel - Pré/AUD 010/2003. A seguir o senhor presidente solicita a secretaria da comissão que elabore dois ofício: 01) Ao escritório Jorge Domingos Advogados Associados, solicitando cópias xerográficas do Livro Caixa Diário; 02) À Copel, solicitando cópia do relatório (completo) de Auditoria Interna Copel - Pré/AUD 010/2003, para que posteriormente esta comissão a encaminhe para a devida análise do Ministério Público. O senhor deputado Tadeu Veneri apresentou requerimentos solicitando a oitiva de pessoas para as próximas reuniões desta Comissão. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputado membros desta Comissão para comparecer à próxima reunião a se realizar no dia 12 de agosto do corrente ano, às 09h00 no Plenarinho desta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrasse a

presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 29ª E 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e três na sala de reunião das comissões desta Assembléia Legislativa, às 09h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Tadeu Veneri, Ratinho Júnior, Ademar Traiano e Valdir Rossoni. O senhor presidente chama o primeiro depoente senhor Maurício Roberto da Silva que faz a leitura do Termo de Compromisso e comparece com o seu representante legal, doutor Fajardo José Pereira Faria, OAB/PR nº 29.699, e inicia sua explanação. Na sequência da mesma o senhor depoente entregou documentação junto a CPI, comprometendo-se ainda, a entregar a esta Comissão cópia xerográfica do contrato de mútuo entre a Embrakon e a Copel. O senhor presidente solicita a presença do segundo depoente senhor Milton João Machiavelli que faz a leitura do Termo de Compromisso e comparece acompanhado de seu advogado, doutor Fernando M. Santos, OAB/PR nº 22.384. Antes de iniciar depoimento, o advogado do depoente requereu ao presidente que fosse preservado o direito de imagem de seu cliente, conforme dispositivo constitucional. O senhor presidente deferiu o requerimento ordenando aos profissionais da imprensa presentes que filmassem o depoente apenas e tão somente de costas. A seguir o senhor presidente solicita a presença do terceiro depoente senhor Francisco Sérgio Barreto Munhoz da Rocha, igualmente acompanhado de seu representante legal, doutor Fausto Pereira de Lacerda Filho, OAB/PR nº 5.491. O depoente entregou documentação para a CPI, quando da sua explanação. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputados membros desta Comissão para permanecerem no recinto, tendo em vista que a Comissão realizaria em reunião reservada. Em seguida, às 11h00, havendo quorum, foi aberta a reunião reservada com a presença dos deputados acima nominados, na qual deliberou o seguinte: 01) Requerimento do deputado Tadeu Veneri, data de 12 de agosto do corrente, reiterando o pedido de oitiva do senhor Heinz Herwing, Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, e da senhora Desirré do Rocio Vidal Fregonese, funcionária do mesmo Tribunal. Indeferido o pedido por falta de consenso entre os membros da Comissão. 02) Deliberação conjunta para

oitiva das seguintes pessoas: A) Darci Fantin, para 19.08.2003, às 09h00; B) Cid Campelo, para 26.08.2003, às 09h00; e C) Ingo Hübert, para 02.09.2003, às 09h00. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, na sala de reunião das comissões desta Assembléia Legislativa, às 9h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Alexandre Curi, Tadeu Veneri e Ratinho Júnior e mais a presença do senhor deputado Reni Pereira. O senhor presidente solicitado ao senhor deputado Ratinho Júnior que proceda a leitura das Atas das reuniões anteriores, as quais foram devidamente aprovadas. O senhor presidente chama o depoente senhor doutor Miguel Augusto Queiroz Schunemann que faz a leitura do Termo de Compromisso e comparece com o senhor doutor Julio César Brotto e Alexandre Knopfholz e inicia sua explanação. Na sequência o senhor presidente solicita a presença do próximo depoente senhor Pedro Antonio Bitencourt Pacheco que faz a leitura do Termo de Compromisso e inicia seu depoimento. O senhor presidente solicita a presença da doutora Carla Patricia Polli de Souza, que faz a leitura do Termo de Compromisso e comparece com seu representante legal, doutor Fajardo José Pereira Faria, OAB/PR nº 29.699, e inicia sua explanação. Dando sequência aos depoimentos foi chamado o convidado, senhor João Manoel Delgado Lucena. Logo após, o senhor presidente solicita a presença do último depoente, senhor José Guilherme Hausner que faz a leitura do Termo de Compromisso e comparece com o doutor Fajardo José Pereira Faria, e inicia seu depoimento. Ao final da reunião ficou acordado o envio de ofícios para: 01) Coordenação da Receita Estadual, na pessoa da Doutora Miriam Vrabel, solicitando informações sobre o andamento do processo de avaliação dos créditos da Olvepar; 02) À Embrakon solicitando cópia do contrato de mútuo entre esta Empresa e a Mix Trade; Cooperação Técnica entre a Embrakon e a Adife-USF; Relação das empresas para as quais a Embrakon fez os depósitos a pedido da Mix Trade. O senhor presidente informa que tem em mãos um pedido do senhor José Cid Campelo, porém não havendo quorum não podemos deliberar sobre o mesmo. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e

convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecer à próxima reunião a se realizar no dia 19 de agosto do corrente ano, às 09h00 na sala de reuniões das comissões. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente

Wilson Penka - secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezanove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, na sala de reunião das comissões desta Assembléia Legislativa, às 9h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Alexandre Curi, Tadeu Veneri, Ratinho Júnior e Durval Amaral. O senhor presidente solicitou ao senhor deputado Ratinho Júnior que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior, a qual o mesmo requereu dispensa, sendo esta devidamente aprovada. O senhor presidente chama o depoente senhor Antonio Pinheiro Sampaio Menezes que faz a leitura do Termo de Compromisso e inicia sua explanação. Na sequência o senhor presidente solicita a presença do próximo depoente senhor Darci Fantin que faz a leitura do Termo de Compromisso e inicia seu depoimento, entregando a esta CPI documentação que colaborou com sua explanação. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecer à próxima reunião a se realizar no dia 21 de agosto do corrente ano, às 10h00 na sala de reuniões das comissões para a oitiva dos seguintes depoentes: Francisco Roberto Pereira (diretor-presidente da Sercomtel S/A), Walter Massao Ikeda (diretor-Administrativo Financeiro da Sercomtel S/A) e na qualidade de depoente convidado: Gilberto Serpa Griebler (diretor de Administração e de Participações da Copel). Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente

Wilson Penka - secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, na sala de reunião das comissões desta Assembléia

Legislativa, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Alexandre Curi e Durval Amaral. O senhor presidente solicitou que o deputado Alexandre Curi procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Durval Amaral pede a dispensa, sendo esta devidamente aprovada. O senhor presidente chama os depoentes Francisco Roberto Pereira, presidente da Sercomtel e Walter Massao Ikeda, diretor Administrativo Financeiro da Sercomtel, que fazem as leituras dos Termos de Compromisso, e mais o convidado senhor Gilberto Serpa Griebler, diretor de Administração e Participações da Copel, os mesmos iniciam suas explanações. Na sequência o senhor deputado Durval Amaral, solicita o envio de ofício ao doutor Paulo Pimentel, presidente da Copel, com o seguinte teor: a) Quanto a Copel investia em cada parceria? Quanto foi o montante investido em cada parceria? Na rescisão da parceria houve pagamento recíproco de alguma indenização? Existe ou existiu demanda judicial em função do fim da parceria? Se afirmativo, quais os casos e em que situação se encontram? b) Cópia dos protocolos ou contratos. Fotocópia das rescisões e contratos sociais das parcerias; c) Cópia de todos os estudos econômicos, financeiros e jurídicos, inclusive comparações de desempenho e análises técnicas que ensejaram a rescisão das parcerias, inclusive as conclusões finais dos mesmos; d) Cópia dos acordos dos acionistas celebrados entre as parcerias atuais e a Copel; e) Quais são atualmente as parcerias com taxa de retorno inferior a 15% (quatorze por cento). Solicita, ainda, o mesmo parlamentar, o envio de ofício ao doutor Francisco Roberto Pereira, diretor presidente da Sercomtel S/A Telecomunicações, onde solicita o seguinte: a) Qual a margem líquida da Sercomtel S/A telecomunicações? b) Qual o giro sob os ativos da Sercomtel S/A? c) Qual a taxa de retorno de investimentos para os acionistas? Outras sugestões que entenda necessária para melhorar a rentabilidade da empresa. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecer à próxima reunião a se realizar no dia 26 de agosto do corrente ano, às 09h00 no Plenarinho desta Casa de Leis, para a oitiva dos Srs. José Cid Campêlo Filho, representante(s) da Dominó Holdings S/A. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente

Wilson Penka - secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e três no plenarinho desta Assembléia Legislativa, às 09h00, foi

realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Alexandre Curi, Durval Amaral, Tadeu Veneri, Ratinho Júnior e Vanderlei Iensen. O senhor presidente solicitou ao senhor deputado Ratinho Júnior que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Tadeu Veneri pede a dispensa, sendo está devidamente aprovada. O senhor presidente solicitou ao deputado Ratinho Júnior que procedesse a leitura do documento enviado a esta Comissão pelo senhor Renato Torres de Faria, comunicando a sua impossibilidade de comparecer à presente reunião devido a compromissos inadiáveis anteriormente assumidos. O senhor presidente procedeu à leitura do expediente entregue pessoalmente pelo senhor César Bordin, no qual constam informações a serem analisadas pelos membros desta Comissão. O senhor presidente chama o primeiro depoente, doutor José Cid Campêlo Filho, acompanhado de seu advogado doutor José Rodrigo Sade, OAB nº 29038-PR. Em seguida o depoente fez a leitura do Termo de Compromisso e iniciou sua explanação e entregou a esta Comissão. Na sequência o senhor presidente chamou o segundo depoente senhor Caio Júlio César Brandão Pinto, diretor presidente da Sanepar S/A, acompanhado do doutor José Luiz Costa Taborda Rauen, procurador geral da referida empresa. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Em seguida passou-se às seguintes deliberações: o senhor deputado Tadeu Veneri requereu em ofício a oitiva de determinadas pessoas para virem depor em data a ser marcada e solicitou a vinda dos Promotores de Justiça responsáveis pelo caso Olvepar para a próxima reunião. O senhor deputado Vanderlei Iensen, igualmente, requereu depoimentos a serem marcados em data *a posteriori*. E ofícios a serem expedidos para: o Tribunal de Contas (doutora Desirée do Rocio Vidal Fregonese, referente ao seu parecer dado na forma da informação nº 13/02-6ª ICE); a Copel (informações sobre o acordo Copel/CIEN); e para a doutora Hortênsia Tardelli (reiterando o pedido de entrega de documento o qual expõe os seus motivos para assinar a notificação de prosseguimento do contrato Copel/UEG Araucária). Logo após, o senhor presidente comunicou aos membros presentes que o prazo para o término das conclusões finais desta Comissão está se expirando, pelo que faz-se necessário que o dia 21 de setembro seja o prazo final para que os sub-relatores apresentem seus relatórios ao relator deputado Ratinho Júnior. Outrossim, o senhor presidente comunicou que as reuniões restantes para depoimentos serão nas datas de 02/09, 04/09, 09/09 e 11/09. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião a se realizar no dia 28 de agosto do corrente ano, às 09h00 na sala de reuniões das Comissões desta Casa de Leis, para oitiva dos senhores Rogério Figueiredo Vieira, Renato Torres de Faria e os promotores de justiça, doutores Marcos Alves de Souza, José Geraldo Gonçalves e Guilherme Freire Tei-

xeira. Acareação entre os senhores Darci Fantin e Gilberto S. Griebeler. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente

Wilson Penka - Relator

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e três no plenarinho desta Assembléia Legislativa, às 09h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Alexandre Curi, Durval Amaral, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e mais a presença do senhor deputado Reni Pereira. O senhor presidente solicitou ao senhor deputado Reni Pereira que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior, colocada a mesma em discussão foi esta aprovada. O senhor presidente chamou os acareados: senhores Gilberto Serpa Griebeler e Darci Fantin, que fazem a leitura do Termo de Compromisso e explicitam seus pontos de vista sobre a questão da Usina Foz do Chopin. Durante sua explanação o senhor Darci Fantin entregou documentos a esta Comissão. Na sequência o senhor presidente chamou o segundo depoente senhor Renato Torres de Faria (representante da Hondings Dominó) que fez a leitura do Termo de Compromisso, acompanhado de seu advogado doutor Alexandre Wagner Nester, OAB/PR nº 24.510. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente comunica aos presentes que os senhores promotores de justiça não compareceram, em virtude de entenderem que suas presenças não se faziam necessárias, já que não há nenhum fato novo à acrescentar no caso Olvepar. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião a se realizar no dia 02 de setembro do corrente ano, às 09h00 na sala de reuniões das Comissões desta Casa de Leis, para oitiva do senhor Ingo Hübert. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente

Wilson Penka - Relator

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e três no plenarinho desta Assembléia Legislativa, às 09h00, foi

realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Alexandre Curi, Durval Amaral, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Ratinho Júnior, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e mais a presença dos senhores deputados Reni Pereira e Plauto Miró Guimarães. O senhor presidente solicitou a leitura da Ata da reunião anterior, o senhor deputado Durval Amaral pede a dispensa, colocada em discussão esta foi aprovada. O senhor presidente chama o depoente, senhor Ingo Henrique Hübert, que faz a leitura do Termo de Compromisso, acompanhado de seus advogados doutores José Cid Campêlo, OAB/PR nº 1.897 e Roberto Brezinski Neto, OAB/PR nº 25.777. O doutor José Cid Campêlo, informa que em razão de seu cliente estar sendo processado criminalmente e civilmente por fatos investigados nesta CPI, invoca na forma do artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal, o direito de permanecer em silêncio em algumas perguntas formuladas. O senhor presidente informa que conhece este direito do depoente e que se assim deseje, não vê nenhum problema. Na seqüência o depoente inicia fazendo um breve relato. O senhor presidente, após consenso entre os membros da Comissão e o depoente, informa que às 13h45, a sessão será suspensa, tendo em vista, ainda, o que determina o Regimento Interno desta Casa de Leis. No entanto retornaremos após a Sessão Plenária. O senhor presidente reinicia os trabalhos da reunião às 19h30, passando a palavra de imediato ao depoente que iniciou suas explanações. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião a se realizar no dia 04 de setembro do corrente ano, às 10h00 aqui neste mesmo local. Nada mais havendo a tratar, o senhor encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Relator

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e três no plenarinho desta Assembléia Legislativa, às 09h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Padre Paulo Campos, Francisco Bühler, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen. O senhor presidente solicitou que o deputado Francisco Bühler fizesse a leitura da Ata da reunião anterior, o senhor deputado Vanderlei Ien-

sen pediu a dispensa, colocada a mesma em discussão esta foi aprovada. O senhor presidente fez a leitura do expediente do dia, comunicando o recebimento das respostas aos Ofícios da Junta Comercial (Insol Intertrainings); Coordenadoria da Receita do Estado (créditos anulados e negados por Decreto Executivo no caso Olvepar) e do Tribunal de Contas (doutora Desirée). Logo em seguida o senhor presidente chamou o depoente, senhor Lindolfo Zimmer, que fez a leitura do Termo de Compromisso, acompanhado de seu advogado doutor Rodrigo Sanches Rios, OAB/PR nº 19.392, iniciando a sua explanação. Terminado o depoimento, o senhor presidente passa a chamar o segundo depoente do dia, senhor Luiz Fernando Leone Vianna, que foi representado pelo mesmo advogado do depoente anterior, que prestou o Termo de Compromisso. Antes de iniciado o depoimento, o senhor presidente pediu desculpas, comunicando que teria que se ausentar da reunião e que passaria a Presidência dos trabalhos para o deputado Vanderlei Iensen. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião a se realizar no dia 09 de setembro do corrente ano, às 09h00 aqui neste mesmo local, esclarecendo que não fez uso de aparelho eletrônico, chamado ponto, como noticiado no jornal Gazeta do Povo, no dia 04.09.2003, no artigo escrito da coluna do jornalista Fabio Campanha. E que não concordava com a opinião emitida por aquele colunista. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente Vanderlei Iensen encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - Relator

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reunião das comissões desta Assembléia Legislativa, às 9h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho Júnior e Durval Amaral. O senhor presidente solicitou ao senhor deputado Vanderlei Iensen que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior, o senhor deputado Ratinho Júnior pediu dispensa, colocada a mesma em discussão foi esta aprovada. O senhor presidente fez da leitura do expediente do dia. Logo em seguida, o senhor presidente chamou o depoente senhor Eduardo Karpel, que fez a leitura do Termo de Compromisso, acompanhado do seu advogado doutor

Eduardo Alberto Marques Virmond, OAB-PR, nº 9.974, iniciando a sua explanação e deixando junto à CPI documentos que entendeu necessário. Terminado o depoimento, o senhor presidente passa a chamar o segundo depoente do dia, senhor Lourival dos Santos e Souza, que prestou o Termo de Compromisso. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e convidou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião a se realizar no dia 11 de setembro do corrente ano, às 09h00, no plenarinho, com a pauta já conhecida pelos senhores deputados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
COPEL  
ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reunião das comissões desta Assembleia Legislativa, às 9h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Durval Amaral e Barbosa Neto. O senhor presidente solicitou ao senhor deputado Tadeu Veneri que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior, o senhor deputado Ratinho Júnior pediu dispensa, colocada a mesma em discussão foi esta aprovada. O senhor presidente fez a leitura de algumas correspondências recebidas. 01) Cópia carta GER-C/081/2003, encaminhada pelo senhor José Ivan Morozowski, diretor superintendente da Copel Geração S.A.; 02) Resposta ao Ofício nº 166/2003, encaminhada pelo senhor Francisco Roberto Pereira, presidente da Sercomtel; 03) Em atenção ao Ofício nº 175/2003, cópia do contrato de compra e venda de energia celebrado entre a CIEN e Copel, encaminhada pelo diretor presidente da Copel; 04) Justificativa de ausência do senhor Rogério Figueiredo Vieira, encaminhada pelo seu representante legal doutor José Alfredo Lion, inscrito na OAB/RJ nº 74.074, que foi intimado para comparecer na data de 09/09/2003. Em seguida, o senhor presidente chamou a doutora Jozélia Nogueira Broliani, procuradora do Estado, lotada na Procuradoria Fiscal, que comparece para prestar esclarecimentos a respeito da avaliação dos créditos no caso Olvepar. Na sequência, o senhor presidente solicita a presença do senhor Delvani Alves Leme, consultor jurídico da Copel. A seguir o senhor

presidente solicita a presença do senhor Arnaldo José Luquetta, contador da Copel, que faz a leitura do Termo de Compromisso. O senhor presidente solicita a presença do senhor Eduardo Karrer, que faz a leitura do Termo de Compromisso, acompanhado pelo seu advogado doutor Eduardo Alberto Marques Virmond, OAB-PR, nº 9.074, iniciando a sua explanação, e deixando junto à CPI documentos que entendeu necessários. Terminado o depoimento, o senhor presidente passa a chamar o segundo depoente do dia, senhor Raul Munhoz Neto, gerente de produção da UEG Araucária, que prestou o Termo de Compromisso. Próximo depoente senhor Cezar Antonio Bordin, ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Contábil da Copel, que prestou o Termo de Compromisso. A seguir foi convidado o senhor André Grochveski Neto, ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Financeira da Copel. O próximo a ser ouvido o senhor Ricardo José Dória, engenheiro eletricista da Diretoria de Marketing da Copel, que prestou o Termo de Compromisso. Antes do término da reunião, o senhor Raul Munhoz Neto, prestou mais alguns esclarecimentos que julgou necessário. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e informou aos senhores deputados membros desta Comissão que no início de outubro estaremos apresentando o Relatório Final em Plenário. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
Wilson Penka - secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
BANESTADO  
ATA DA 23ª REUNIÃO

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Pedro Ivo Ilkiv, Doutor Luciano, Ademir Bier, Francisco Bühner, Waldir Leite, Fernando Ribas Carli e Elio Rusch. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. Em seguida o senhor presidente solicitou a presença do depoente o senhor Eraldo Ferreira, ex-funcionário do Banco do Estado do Paraná, que após ler o Termo de Compromisso, passou a responder as indagações dos senhores deputados membros da Comissão que cons-



tam das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. Em decorrência do depoimento do senhor Eraldo Ferreira, a Comissão submeteu a deliberação o requerimento que visa a quebra do sigilo bancário e fiscal do senhor Rivadavia Menarin. Em votação. APROVADO por unanimidade. Em seguida o senhor presidente anunciou a presença do Exmo. Sr. doutor Luiz Francisco de Souza, procurador geral da República e dos Ilmos. Srs. José Francisco Castilho Neto e Renato Barbosa, delegados e peritos da Polícia Federal. Suas explanações, bem como as respostas às indagações dos senhores deputados membros da Comissão, constam das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. O deputado Delegado Bradock requereu a quebra de sigilo bancário e fiscal da Sra. Tereza Togni Grossi, diretora de Fiscalização do Banco Central do Brasil e do senhor Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central do Brasil. Em votação. APROVADO por unanimidade. A Comissão, por sugestão do procurador geral da República, o doutor Luiz Francisco de Souza, deliberou sobre a extensão da quebra de sigilo fiscal da base de dados, com o objetivo de fornecer à Receita Estadual, meios de implementar auditorias tributárias nas empresas que possam ter ilegalmente enviado dinheiro para o exterior. A medida visa a recuperação dos valores sonegados. Em votação. APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença dos ilustres supracitados convidados, marcando a próxima reunião para o dia 06 de agosto do corrente ano, as 09h00. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, deputados presentes e pelo secre-

tário da Comissão. **Errata: onde lê-se aos quatro dias, leia-se aos cinco dias.**

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - secretário

### Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
1ª SESSÃO  
O LEGISLATIVA - 15º LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões a Comissão de Terra, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Vanderlei Iensen, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 203/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 211/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, dos quais, para constar eu, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente  
Rosângela Alves Cardoso - secretária